

**CONTRATO Nº 0417/2016**

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ**

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, E, DO OUTRO, COMO CONTRATADA A EMPRESA ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, PARA FORNECIMENTO / SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, COM LOCAÇÃO DE 41 EQUIPAMENTOS MULTIFUNCIONAIS (SCANNER, IMPRESSORAS LASER E FAX), NOVOS, SEM USO, NÃO RECONDICIONADOS E EM LINHA DE PRODUÇÃO, COM MANUTENÇÃO CORRETIVA, FORNECIMENTO DE TODAS AS PEÇAS, PARTES OU COMPONENTES NECESSARIOS, BEM COMO TODOS OS SUPRIMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO DE PRIMEIRO USO, NÃO RECICLADOS E NÃO REMANUFATURADOS, EXCETO PAPEL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DO PARANA, EM SUA SEDE E UNIDADES LOCAIS NA FORMA ABAIXO

**(1) DAS PARTES**

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, ente autarquico federal vinculado ao Ministerio dos Transportes, com sede na capital do Distrito Federal – Setor de Autarquias Norte, Nucleo dos Transportes Q-3, B-A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04 892 707/0001-00, doravante simplesmente denominado DNIT ou CONTRATANTE, por intermedio da Superintendência Regional no Estado do Parana, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 04 892 707/0020-73, sediada na Av Victor Ferreira do Amaral, 1500 – Tatumã, Curitiba/PR, CEP 82 800-000, representado pelo Superintendente Regional no Estado do Parana, Jose da Silva Tiago, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 44.444.444, expedida pela Secretaria de Segurança Publica do Estado do Mato Grosso, inscrito no CPF/MF sob o nº 089.000.000-15, com endereço profissional na Av Victor Ferreira do Amaral, 1500 – Tatumã, Curitiba/PR, CEP 82 800-000, nomeado conforme Portaria nº 191, de 17/09/2009, publicada no DOU de 18/09/2009, "ex-vi" do art 21, inciso III, da Estrutura Regimental do DNIT, aprovada pelo Decreto nº 5 765, de 27/04/2006, publicado no DOU de 28/04/06, e do Art 124, inciso III, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº 10, do Conselho de Administração, de 31 de janeiro de 2007, e do outro lado, a empresa Almaq Equipamentos para Escritorio Ltda, ou CONTRATADA, com sede na Rua 21 de Abril, 250, Jardim Pinhais, CEP 83 323-030, Pinhais/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84 968 874/0001-27, representada por Jair Batista Gonçalves, portador da Carteira de Identidade nº 2.222.222-25, expedida pela Secretaria de Segurança Publica do Estado do Parana, inscrito no CPF/MF sob o nº 394.000.000-53, conforme documento que fica arquivado no setor competente

**(2) DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO** - O presente contrato fundamenta-se nas Lei nº 8 666/1993, e nº 10 520/2002, e vincula - se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 0203/2016-09, constante do processo administrativo nº 50609 000992/2016-70

As partes têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo Administrativo nº 50609 000992/2016-70, cujo resultado foi homologado em data de 04/07/2016, pelo Ordenador de Despesas do DNIT, mediante as clausulas e condições que se seguem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** – Constitui objeto deste Contrato, a execução pela CONTRATADA, dos trabalhos descritos no Termo de Referência/Projeto Básico, os quais ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, e assim resumidos quanto a seus elementos essenciais

**(1) UNIDADES DA FEDERAÇÃO** Parana

**(3) NATUREZA DOS SERVIÇOS** Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de outsourcing de impressão por 12(doze) meses podendo ser prorrogável por igual período e limitado a 48 (quarenta e oito) meses, com a locação de 41 (quarenta e um) equipamentos multifuncionais(scanner, impressoras laser e fax), novas, sem uso, não recondicionadas e em linha de produção, com manutenção corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários, bem como de todos os suprimentos e materiais de consumo de primeiro uso, não reciclado e não remanufaturado, exceto papel, para a Superintendência Regional do DNIT no Parana e suas Unidades Locais Campo Mourão, Cascavel, Colombo, Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Londrina, Pato Branco e Ponta Grossa, com as especificações técnicas mínimas constantes no Termo de Referência, Anexo I do Pregão Eletrônico N° 0203/16-09 – DNIT

PARAGRAFO UNIC - Nenhuma alteração, modificação, acréscimo ou decréscimo, variação, aumento ou diminuição de quantidade ou de valores, ou das especificações e disposições contratuais podera ocorrer, inclusive quanto a habilitação e qualificação da CONTRATADA no certame licitatorio, salvo quando e segundo a forma e as condições previstas na Lei nº 8 666 de 21 06 93

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO – EMPENHO E DOTAÇÃO (1) DO VALOR** - O valor estimado do presente Contrato, a preços iniciais, e de R\$ 133 000,00 (cento e trinta e três mil reais) (2) - **DO EMPENHO E DOTAÇÃO** A despesa, no corrente exercício, na parte nele a ser executada, correrá a conta da dotação do Orçamento do DNIT/2016, Verba 33 90 39 83 – Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos, devidamente empenhada, conforme a Nota(s) de Empenho nº 2016NE800103 e nº 2016NE800104, datadas de 11/07/2016, no valor total de R\$ 55 416,67 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos), emitida pela Coordenação de Administração e Finanças/CAF, a qual fica fazendo parte integrante deste contrato

PARAGRAFO UNICO – Nos exercicios seguintes, durante a vigência do contrato, as despesas respectivas serão empenhadas, em relação a parte a ser executada, indicando-se os créditos e empenhos para a sua cobertura em termos aditivos a serem então lavrados pelo DNIT

**CLAUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS UNITÁRIOS** – Os preços unitarios correspondentes a cada serviço contratado são os constantes da proposta da CONTRATADA, aceita na licitação acima referida, cujas planilhas constituem os anexos integrantes deste instrumento, devidamente rubricados pelos representantes das partes contratantes

**CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO E PRORROGAÇÕES** – O prazo de vigência deste contrato e de 12 (doze) meses, contado do dia 01 de agosto de 2016, com eficacia apos a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo inicio e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o ultimo

PARAGRAFO PRIMEIRO - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art 57, IV da Lei nº 8 666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações

PARAGRAFO SEGUNDO - A prorrogação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a Administração, das condições e preços contratados

PARAGRAFO TERCEIRO - O prazo para a conclusão dos trabalhos definidos na CLAUSULA PRIMEIRA e de 12 (doze) meses

**CLÁUSULA QUINTA – DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO** – Em garantia da fiel e efetiva execução dos trabalhos contratados, a CONTRATADA prestou caução, sob a modalidade de Seguro Garantia, fornecida pela J Malucelli Seguradora S/A, em data de 08/07/2016, no valor de R\$ 6 650,00 (seis mil, seiscentos e cinquenta reais), CORRESPONDENTE A 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR A PREÇOS INICIAIS DO CONTRATO, conforme Guia de Recolhimento de numero 4441, efetivada em data de 18/07/2016, que integra o presente instrumento

PARAGRAFO PRIMEIRO - Durante a execução dos trabalhos, a CONTRATADA reforçara a caução acima referida de modo a perfazer, permanentemente, um total correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual a preços iniciais e reajustamentos, se os houver

PARAGRAFO SEGUNDO - A garantia prestada pelo licitante vencedor lhe sera restituída ou liberada 60 (sessenta) dias consecutivos apos o Recebimento Definitivo dos Serviços

PARAGRAFO TERCEIRO - Para a prestação de serviços continuados

Apos a execução do contrato sera verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas ate o fim do segundo mês apos o encerramento da vigência contratual, a Contratante podera utilizar o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts 19-A e 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008 e autorização expressa a ser concedida pela Contratada no momento da assinatura do contrato

**CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** – A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como

I- Fornecer/executar o objeto da licitação de acordo com as especificações do **Termo de Referência – ANEXO I**, não se admitindo quaisquer modificações sem a previa autorização do DNIT,

II- Comunicar por escrito ao setor do DNIT responsável pelo recebimento/fiscalização do objeto da licitação, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento do fornecimento/execução do objeto da licitação, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento

III- Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do edital decorrente,

IV- Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao DNIT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo,

V- Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem previa autorização do DNIT,

VI- Prestar esclarecimentos ao DNIT sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação,

VII- Havendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada a alteração subjetiva do contrato ficara condicionada a observância, pela nova empresa, dos requisitos de habilitação de que trata o art 27 da Lei 8 666/93, segundo as condições originalmente previstas na licitação, a manutenção de todas as condições estabelecidas no contrato original, a inexistência de prejuízo para a execução do objeto pactuado causado pela modificação da estrutura da empresa, e a anuência expressa da Administração, apos a verificação dos requisitos apontados anteriormente, como condição para a continuidade do contrato

VIII- Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes as leis trabalhistas, previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados,

IX- Possibilitar ao DNIT, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento/execução do objeto da licitação, fornecendo todas as informações necessarias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante,

X- Atender prontamente quaisquer exigências do representante do DNIT, inerentes ao objeto do **Termo de Referência – ANEXO I**,

XI- Cumprir as demais obrigações constantes do **Termo de Referência – ANEXO I**

**CLAUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO DNIT** – Constituem direitos e prerrogativas do DNIT, alem dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei no 8 666 de 21/06/93, e suas alterações posteriores

**PARAGRAFO PRIMEIRO** – Cabera ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

I- Emitir as convocações, as ordens formais de fornecimento/execução, as notas de empenho e o Termo de Contrato (se for o caso) relativos ao objeto da licitação,

II - Comunicar a empresa contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução do objeto

III - Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento/execução em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, e com as especificações deste edital e seus anexos

IV - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo

V - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto desta licitação, e

VI - Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados

VII - Cumprir as demais obrigações constantes do Termo de Referência – ANEXO I

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Não obstante a contratada seja a unica e exclusiva responsavel pelo fornecimento/execução do objeto, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso

**PARAGRAFO TERCEIRO** - Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na area, a seu exclusivo criterio, julgar inconveniente,

**PARAGRAFO QUARTO** - Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional,

**CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO** – O DNIT fiscalizara a execução dos trabalhos, diretamente através de servidor especificamente designado para esse fim

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - Antes da assinatura do contrato e de qualquer alteração ou termo aditivo, deverão ser anexadas ao processo declarações relativas a consulta on-line do SICAF (Art 55, inciso XIII da Lei 8 666/93), acerca da situação cadastral da Contratada, consulta ao CADIN, nos termos do art 6º, II, da lei nº 10 522/2002, bem como comprovação de inexistência de débitos trabalhistas inadimplidos (CNDT)

**PARAGRAFO SEGUNDO** - As consultas a que se refere o paragrafo anterior deverão ser repetidas antes de cada pagamento das medições, ocorridas no decorrer da contratação. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação a situação cadastral da Contratada, e/ou existência de débitos trabalhistas inadimplidos, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art 78, da Lei nº 8666/93

**PARAGRAFO TERCEIRO** – Durante a execução dos trabalhos não serão admitidas paralisações dos serviços por prazo, parcelado ou unico, superior a 120 (cento e vinte) dias consecutivos, salvo por motivo de força maior, aceito por ambas as partes contratantes, excluídas quaisquer indenizações

**PARAGRAFO QUARTO** – Os trabalhos executados somente serão recebidos pelo DNIT, se estiverem de acordo com os Termos de Referência e o Quadro de Quantidades constante do Edital, atendida as especificações fornecidas pelo DNIT bem como em conformidade com as disposições constantes da Lei nº 8 666 de 21 06 93 e suas posteriores alterações

**CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DE CONTRATO** – este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art 65 da Lei nº 8 666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas

**PARAGRAFO UNICO** - Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada a análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO** – O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos e na forma previstos na Lei no 8 666 de 21 06 93 e suas alterações posteriores

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO – DO REAJUSTAMENTO**– O pagamento será creditado em nome do contratado, mediante ordem bancária em conta corrente por ele indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste edital, após o fornecimento/execução do objeto da licitação, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável nos documentos habéis de cobrança

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - o pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária será realizado, desde que o contratado efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere as retenções tributárias

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Para execução do pagamento de que trata o **parágrafo anterior**, o contratado devera fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, CNPJ nº 04 892 707/0001-00, o nome do banco, o numero de sua conta bancaria e a respectiva agência

**PARAGRAFO TERCEIRO** - E vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste contrato, em especial a cobrança bancaria, mediante boleto ou mesmo o protesto de titulo, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes

**PARAGRAFO QUARTO** - Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, devera apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor Nos casos de contratação de serviços de cessão de mão-de-obra, haverá regra especifica no edital

**PARAGRAFO QUINTO** - A nota fiscal correspondente devera ser entregue pela contratada diretamente ao responsável pelo recebimento do objeto, que atestara e liberara a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas

**PARAGRAFO SEXTO** - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela sera devolvida ao adjudicatario e o pagamento ficara pendente ate que ele providencie as medidas saneadoras Nesta hipotese, o prazo para pagamento iniciar-se-a apos a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o DNIT

**PARAGRAFO SETIMO** - Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Juridica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Liquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1 234/12

**PARAGRAFO OITAVO** - Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), sera observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicavel

**PARAGRAFO NONO** - A Administração deduzira do montante a ser pago os valores correspondentes as multas e/ou indenizações devidas pelo contratado

**PARAGRAFO DECIMO** - O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado sera precedido de processo administrativo em que sera garantido a empresa o contraditorio e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes  
E vedado ao contratado transferrir a terceiros os direitos ou creditos decorrentes do contrato

**PARAGRAFO DECIMO PRIMEIRO** - No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o indice de compensação financeira devido sera calculado mediante a aplicação da seguinte formula

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde}$$

**EM** = Encargos Moratorios,  
**N** = Numero de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento,

VP	=	Valor da parcela a ser paga,
I	=	Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado
I	=	$\frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$
TX	=	Percentual da taxa anual = 6%

PARAGRAFO DECIMO SEGUNDO - O pagamento sera efetuado somente apos as notas fiscais ou faturas serem conferidas, aceitas e atestadas pelo Fiscal do Contrato, sendo precedido de consulta ao SICAF, e de comprovação de inexistência de debitos trabalhistas inadimplidos (CNDT), para comprovação do cumprimento dos requisitos de habilitação previstos nos arts 27 a 32 da Lei nº 8 666/93

PARAGRAFO DECIMO TERCEIRO - Na hipótese de irregularidade da Contratada no Cadastro ou Habilitação junto ao SICAF e/ou existência de debitos trabalhistas inadimplidos, providenciar-se-a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias uteis, regularize sua situação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e de rescisão do contrato, resguardada a ampla defesa O prazo estabelecido neste paragrafo podera ser prorrogado, a critério da Administração

PARAGRAFO DECIMO QUARTO - Qualquer alteração nos dados bancarios devera ser comunicada ao DNIT, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do contratado os prejuizos decorrentes de pagamentos incorretos devido a falta de informação

PARAGRAFO DECIMO QUINTO - O pagamento efetuado pelo DNIT não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas

PARAGRAFO DECIMO SEXTO – **REAJUSTE DE PREÇOS – apenas para insumos e materiais** Caso decorra periodo superior a um ano contado a partir da data limite para apresentação da proposta, os preços contratuais serão reajustados mediante a aplicação do índice IPCA/IBGE, com fundamento no art 3º da Lei n 10 192/01

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno minimo de um ano sera contado a partir dos efeitos financeiros do ultimo reajuste

Não se admitira nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancarias e ônus semelhantes

Caso o indice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, sera adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor

Na ausência de previsão legal quanto ao indice substituto, as partes elegerão novo indice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente

PARAGRAFO DECIMO SETIMO - **REACTUAÇÃO** Visando a adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno minimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguir, o valor consignado neste Termo de Contrato sera reactuado, competindo a CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memona de calculo e planilhas apropriadas para analise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuida no Decreto nº 2 271, de 1997, e nas disposições aplicaveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008

A reactuação podera ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessarias, em respeito ao principio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante

em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários a execução do serviço

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado

Para os custos relativos a mão de obra, vinculados a data-base da categoria profissional a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente a época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato,

Para os demais custos, sujeitos a variação de preços do mercado a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital

Nas repactuações subsequentes a primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a respectiva repactuação anterior

O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação

Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito a repactuação

Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado

da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra,

do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos a variação de preços do mercado,

Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível a CONTRATANTE ou a CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro a repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão

Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação

É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva

A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista

Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato

Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se

os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração,



as particularidades do contrato em vigência,  
 a nova planilha com variação dos custos apresentados,  
 indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas publicas ou outros equivalentes,  
 indice especifico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada

A CONTRATANTE podera realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA

Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte

a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa a repactuação,  
 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuizo da contagem de periodicidade para concessão das proximas repactuações futuras, ou  
 em data anterior a ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o proprio fato gerador, na forma de acordo, dissidio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras

Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação a diferença porventura existente

A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo maximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos

O prazo refendo no subitem anterior ficara suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos

As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES –** A CONTRATADA respondera administrativamente pela qualidade e eficiência dos serviços por ela executado, e essa se estendera ate a finalização dos serviços

#### PARAGRAFO PRIMEIRO

1 1 Por atraso ou inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, bem como por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatorio, o DNIT podera, garantido o contraditorio e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções

1 1 1 **ADVERTÊNCIA** E o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou Contratada descumprir qualquer obrigação, e sera expedido

1 1 1 1 Pelo Setor responsavel pelas licitações do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, quando o

descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial do DNIT e registrada no SICAF, nos seguintes casos

- 1 1 1 1 1 quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva,
- 1 1 1 1 2 quando a licitante ofertar preço visivelmente inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances,
- 1 1 1 1 3 quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas,
- 1 1 1 1 4 quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetra-lo,
- 1 1 1 1 5 quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação
- 1 1 1 1 6 Todas as hipóteses tratadas no subitem 15 1 1 1 serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial,

1 1 1 2 Pelo Ordenador de Despesas do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, orientado pelo Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o contrato, nos seguintes casos

1 1 1 2 1 quando a licitante se recusar a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura,

1 1 1 2 2 quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento no início da execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto,

1 1 1 2 3 quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma Aprovado, não justificado pela empresa contratada

1 1 1 2 4 quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico

1 1 2 **MULTA** E a sanção pecuniária que será imposta a Contratada, pelo Ordenador de Despesas do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, por atraso injustificado na execução do

objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais

**1 1 2 1 Nos casos de atrasos**

**1 1 2 1 10,33%** (trinta e três centesimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, ate o limite de 9,9% (nove, virgula, nove por cento), que corresponde ate 30 (trinta) dias de atraso,

**1 1 2 1 20,66 %** (sessenta e seis centesimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente a parte inadimplente, em carater excepcional, e a criteno do DNIT, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias,

**1 1 2 1 32%** (dois por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de execução do objeto da licitação, sem prejuizo da aplicação do disposto nos subitens **15 1 2 1 1** e **15 1 2 1 2**,

**1 1 2 2 Nos casos de recusa ou inexecução**

**1 1 2 2 1 15%** (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatario em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo DNIT ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente,

**1 1 2 2 2 20%** (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer clausula do contrato, exceto prazo de entrega

**1 1 3** A multa sera formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 65, paragrafo 8º, da Lei nº 8 666/93 e sera executada apos regular processo administrativo, oferecido a Contratada a oportunidade do contraditorio e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias uteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do paragrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8 666/93, observada a seguinte ordem

**1 1 3 1** Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato,

**1 1 3 2** Mediante desconto no valor das parcelas devidas a contratada, e

**1 1 3 3** Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução

**1 1 4** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, alem da perda desta, respondera a Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Indice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou

equivalente, que sera descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo DNIT ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de calculo de multa, sera contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartiçao interessada, ou no primeiro dia util seguinte

1 1 5 Em despacho, com fundamentaçao sumaria, podera ser relevado

1 1 5 1 O atraso na execucao do objeto da licitacao não superior a 05 (cinco) dias, e

1 1 5 2 A execucao de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobranca

1 1 6 A multa podera ser aplicada cumulativamente com outras sancões, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os principios da proporcionalidade e da razoabilidade

1 1 7 Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, sera aberto Processo Administrativo pelo Fiscal do contrato com o objetivo de anulacao da nota de empenho e/ou rescisao unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse do DNIT em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma dos subitens 15 1 1 2 3 e 15 1 2 1

1 1 8 **SUSPENSÃO** E a sancão que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitacoes e de contratar com a Administracao, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir

1 1 8 1 Por ate 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisoria, ou, em original ou copia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitacao

1 1 8 1 1 A hipotese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitacao, sera valida quando a empresa for reincidente, ja havendo ocorrencia anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial,

1 1 8 2 Por ate 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execucao do seu objeto, falhar ou fraudar na execucao do contrato

1 1 8 3 Por ate 5 (cinco) anos, quando a Contratada

1 1 8 3 1 Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação,

1 1 8 3 2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação, e

1 1 8 3 3 Receber qualquer das multas previstas no subitem 15 1 2 e não efetuar o pagamento

1 1 8 3 4 Comportar-se de modo inidôneo

1 1 9 São competentes para aplicar a penalidade de suspensão

1 1 9 1 O Setor responsável pelas licitações do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e

1 1 9 2 O Ordenador de Despesas do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo

1 1 10 A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial da União e registrada no SICAF

1 1 11 **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** A declaração de inidoneidade será aplicada somente pelo Ministro de Estado dos Transportes, a vista dos motivos informados na instrução processual

1 1 11 1 Será declarada inidônea a empresa que cometer ato como os descritos nos arts 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8 666/93

1 2 Disposições gerais

1 2 1 As sanções previstas nos incisos 15 1 8 e 15 1 11 poderão também ser aplicadas as empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato

1 2 1 1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos,

1 2 1 2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação,

1 2 1 3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados

1 3 Do direito de defesa

**1 3 1** E facultado a Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias uteis, a contar da ciência da respectiva notificação

**1 3 2** O recurso sera dirigido ao Ordenador de Despesas, por intermedio da autoridade que aplicou a sanção, a qual podera reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias uteis, ou, nesse caso, a decisão ser profenda dentro do prazo de 05 (cinco) dias uteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade

**1 3 3** Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-a o dia do inicio e incluir-se-a o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrario,

**1 3 4** Assegurado o direito a defesa previa e ao contraditório, e apos exaunda a fase recursal, a aplicação da sanção sera formalizada por despacho motivado, cujo extrato devera ser publicado no Diario Oficial da União, devendo constar

**1 3 4 1** A origem e o numero do processo em que foi profendo o despacho

**1 3 4 2** O prazo do impedimento para licitar e contratar,

**1 3 4 3** O fundamento legal da sanção aplicada, e

**1 3 4 4** O nome ou a razão social do punido, com o numero de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal

**1 3 5** Apos o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicara imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciara a imediata inclusão da sanção no SICAF, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao sistema em caso de suspensão para licitar

#### **1 4** Do assentamento em registros

**1 4 1** Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diario Oficial da União as sanções aplicadas com fundamento nos itens **15 1 1** e **15 1 2**, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 65, paragrafo 8º, da Lei nº 8 666/93

**1 4 2** Os prazos referidos neste documento so se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade

#### **1 5** Da sujeição a perdas e danos

**1 5 1** Independentemente das sanções legais cabiveis, previstas no edital, a Contratada ficara sujeita, ainda, a composição das perdas e danos causados ao DNIT pelo descumprimento das obrigações licitatorias

16 Sem prejuizo as demais penalidades descritas acima e eventuais glosas, serão aplicadas as sanções constantes na tabela abaixo e descontada do valor das parcelas devidas a contratada. Após o regular processo administrativo, oferecido a Contratada a oportunidade do contraditório e ampla defesa será considerada executada ou serão devolvidos os valores referentes as penalidades não aplicadas

**PARAGRAFO SEGUNDO** – Observar o disposto na tabela de sanções do Anexo I – Termo de Referência, Item 15

**PARAGRAFO TERCEIRO** - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficara impedido de licitar e contratar com a União e, sera descredenciado no SICAF pelo prazo de ate 05 (cinco) anos, sem prejuizo da aplicação de multa em percentual equivalente a multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais

**PARAGRAFO QUARTO** - O contratado que subcontrate, total ou parcialmente, o serviço contratado, associe-se com outrem, ceda ou transfira, total ou parcialmente, o objeto do contrato, bem assim realize a sua fusão, cisão ou incorporação, em todos os casos sem que ocorra a previa e expressa autorização do DNIT, formalizada por termo aditivo ao contrato, sofrera a aplicação da penalidade de suspensão temporaria do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de ate dois anos

**PARAGRAFO QUINTO** - As sanções de suspensão temporaria de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas as empresas ou aos profissionais que

- I - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos,
- II - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação,
- III - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados

**PARAGRAFO SEXTO** - As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes

**PARAGRAFO SETIMO** - A multa sera descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração

**PARAGRAFO OITAVO** - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Publica e de competência exclusiva do Ministro de Estado dos Transportes

**PARAGRAFO NONO** - As demais sanções são de competência exclusiva do Ordenador de Despesas

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL** – Ficam as partes cientes que as condições impostas neste contrato estão vinculadas ao Edital de Licitação que lhe deu origem





**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO** – As partes elegem, de comum acordo, com renuncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, a **Justiça Federal de Curitiba- Seção Judiciária do Estado do Paraná** - para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EFICÁCIA DO CONTRATO** – O presente Contrato tera eficacia plena a partir da data da sua publicação, exclusive

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seu Representante Legal e Responsavel Tecnico, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas identificadas

Curitiba/PR, 21 / 07 / 2016

	
<b>JOSE DA SILVA TIAGO</b>	<b>JAIR BATISTA GONÇALVES</b>
Superintendente Regional do DNIT/PR	Representante Legal da Contratada

Ente... Ma... Diretor... anclan  
Sil... 27 DNIT/PR



**EDISON LUIS RODAK**  
Coordenador de Administração e Finanças

**TESTEMUNHAS**

Cíntia Bianqui de S. Costa  
Nome CÍNTIA BIANQUI DE SOUZA COSTA  
CPF 014 [REDACTED] 09

Leidiane do Nascimento  
Nome LEIDIANE DO NASCIMENTO  
CPF 088 [REDACTED] -50